

Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao Período
de 24 de Abril a 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Mercado Crédito SCFI S.A.") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 24 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

A criação da Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do *marketplace* e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

A vantagem competitiva da Companhia está no *marketplace* Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas).

O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 26 de março de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 24 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 24 de abril a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4



MERCADO CRÉDITO

SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

**Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas
31 de Dezembro de 2020**

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em R\$ mil)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO		
Disponibilidades	4	42
Instrumentos financeiros		40.067
Títulos e valores mobiliários	5	40.066
Operações de crédito	6	1
Outros créditos	7	49
Ativos fiscais diferidos	12.b	37
TOTAL DO ATIVO		<u>40.195</u>
PASSIVO		
Outras obrigações	8.a	250
TOTAL DO PASSIVO		<u>250</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		40.000
Capital integralizado	9.a	40.000
Prejuízo Acumulado		(55)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>39.945</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>40.195</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Período de 24/04/2020 a 31/12/2020
Receita de intermediação financeira		156
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		156
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10	156
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	11	(248)
Outras despesas administrativas		(248)
RESULTADO OPERACIONAL		(92)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O PREJUÍZO		(92)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37
Ativo fiscal diferido	12.a	37
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(55)
Quantidade de ações		40.000.000
Prejuízo líquido por ação		(0,0014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em R\$ mil

	Período de 24/04/2020 a 31/12/2020
Prejuízo do período	(55)
Outros resultados abrangentes	-
Varição de Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	(55)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em R\$ mil

	<u>Notas</u>	<u>Capital Realizado</u>	<u>Prejuízo Acumulado</u>	<u>Total</u>
Integralização do capital social - AGE 24/04/2020	9.a	5.000	-	5.000
Integralização do capital social - AGE 25/09/2020	9.a	35.000	-	35.000
Prejuízo do período		-	(55)	(55)
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</u>		<u>40.000</u>	<u>(55)</u>	<u>39.945</u>
<u>Mutações no período</u>		<u>40.000</u>	<u>(55)</u>	<u>39.945</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em R\$ mil

	Período de 24/04/2020 a 31/12/2020
Prejuízo do período	(55)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais	
Obrigações Fiscais diferidas	(37)
Total ajustes de reconciliação	(92)
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(40.066)
Operações de crédito	(1)
Outros créditos	(31)
Outras obrigações	250
Impostos de renda e contribuição social pagos	(18)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(39.958)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Capital Integralizado	40.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	40.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	42
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	42
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrito no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre, INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrito no CNPJ: 05.528.233/0001-85.

A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos; e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 25 de março de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias “disponível venda” e “mantidos até o vencimento”.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

e) Operações de créditos

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

f) Provisão para créditos

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

h) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.

- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 40%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no Patrimônio Líquido.

i) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

	31.12.2020
Depósitos bancários	42
Total	<u>42</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “negociação”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

	31.12.2020	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa		
Títulos privados	40.066	40.066
Cotas de fundos de investimento	40.066	40.066
Total	<u>40.066</u>	<u>40.066</u>

	31.12.2020	
	Sem vencimento	
Títulos de Renda Fixa		
Títulos privados		40.066
Cotas de fundos de investimento		40.066
Total		<u>40.066</u>

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o período de 09 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de créditos se iniciaram em dezembro/20, restringindo a seus funcionários. Estas operações se encontram na modalidade de cartão de crédito – Rotativo todas classificadas no Rating nível A e são em sua totalidade para pessoas físicas. O prazo médio de vencimento destas operações são menores de 30 dias. O saldo total da rubrica, líquida da provisão para perda esperada na data-base de dezembro de 2020, em unidades é de R\$622,11.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2020
Impostos e contribuições a compensar	20
Outros créditos (i)	29
Total	49
Outros Créditos - Curto Prazo	49

(i) São constituídos pelos valores de processamento de caixa e outros créditos a receber referente a cartão.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversas

	31.12.2020
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	250

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas e custos de implantação.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 40.000 representados por 40.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	%	31.12.2020
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	50,01%	20.004
Mercadopago, LLC	49,99%	19.996
Total	100%	40.000

Em AGE de 24 de abril de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$5.000 mediante a emissão de 5.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 09 de novembro de 2020.

Em AGE de 25 de setembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$35.000 mediante a emissão de 35.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 09 de novembro de 2020.

10. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31.12.2020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	156
Total	156

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2020
Despesa com processamento de dados (i)	(248)
Total	(248)

(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no prejuízo do período.

	31.12.2020
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(92)
Alíquota vigente	40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(37)

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	31.12.2020
Impostos diferidos ativos sobre:	
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	37
Total	37
Ativo Fiscal Diferido Ativo	37

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	Em 1 ano	Em 5 anos	Saldo
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	37	-	37

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é de R\$37 mil.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020, a SCFI manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31.12.2020			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Mercado Pago LTDA	-	(100)	-	(100)
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	-	(150)	-	(150)
Total	-	(250)	-	(250)

Não houve remuneração pagas aos administradores no período de 9 de novembro a 31 de dezembro de 2020.

14. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 31 de dezembro de 2020 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	-	40.066	-	40.066
Títulos privados	-	40.066	-	40.066
Cotas de fundos de investimento	-	40.066	-	40.066

Em 2020 não houve transferência entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

15. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados.

A SCFI possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida pela sua acionista majoritária e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco controlado.

O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas a SCFI. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacionais, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação. Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas de identificação e autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento etc.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.681/2013, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos, antecipação de recebíveis junto às Adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

A Companhia possui dentro da estrutura de risco de mercado uma gestão específica para controle e gerenciamento do IRRBB (*IRRBB – Interest Rate Risk of Banking Book* é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira) verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gestão do IRRBB e risco de taxa a instituição utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o Var Paramétrico. Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um *dashboard* reportado para a alta gestão local e corporativa (Argentina e demais países) e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

Gestão de Capital

A gestão do capital é realizada pela Área de Riscos Financeiros com o objetivo de cumprimento regulatório e para subsidiar a alta administração quanto aos valores mínimos para manutenção e continuidade das operações realizadas pela Instituição. Assim, os limites operacionais para a SCFI em 31 de dezembro de 2020 ficaram distribuídos conforme abaixo:

	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de Referência (PR)	39.944
Nível I	39.944
Capital Principal	39.944
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	142.301
Risco de Crédito (RWA Cpad)	40.193
Risco Operacional (RWA Opad)	102.108
PR Mínimo Requerido	11.384
Margem PR	28.560
Índice de Basileia	28,07%
Margem PR considerando RBAN	26.762


16. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No período de 9 de novembro a de dezembro de 2020, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até 22 março de 2021 a Companhia captou um valor total de R\$ 373 milhões com emissão de certificado de depósito bancário e certificado de depósito interfinanceiro. A Companhia também adquiriu Cédula de Crédito Bancário da emissora MercadoPago Ltda. (sociedade ligada) em fevereiro de 2021 no montante de R\$105.700 e em março de 2021 no valor de R\$ 255.000. As aquisições possuem vencimento entre 04 de abril de 2021 e 08 de março de 2023, respectivamente, com taxas entre 100% até 130% do CDI. Em 1º de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº1.03 que trata a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o lucro líquido para bancos de qualquer espécie, elevando o percentual de 20% para 25%, para o período compreendido entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. A Administração está avaliando os impactos desta majoração para os períodos subsequentes à data-base destas demonstrações financeiras.

DocuSigned by:



FE0E7B09F7014D0...

Tiago Azevedo
Responsável Legal

DocuSigned by:



EF65057C605B46B...

Regis Reis
Contador CRC-1SP 192454/O-8